

## APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ:

### **A virada de gênero na historiografia brasileira: pesquisas, temáticas e debates**

#### **Joana Maria Pedro**

Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em História pela USP. Pesquisadora 1-A do CNPQ.  
e-mail: [joanamaria.pedro@gmail.com](mailto:joanamaria.pedro@gmail.com)

#### **Paulo Souto Maior**

Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História pela UFSC  
e-mail: [paulosoutom@gmail.com](mailto:paulosoutom@gmail.com)

Trinta e um anos se passaram desde a tradução, no Brasil, de *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, artigo da historiadora americana Joan Scott e obra decisiva para os estudos sobre gênero e sexualidades na historiografia brasileira. De lá para cá, graças também a abertura de mais programas de pós-graduação em História e nascimento de revistas acadêmicas da área de História, a categoria gênero germinou, fincou raízes e formou campos decisivos que têm nos ajudado a esclarecer questões sensíveis do passado e apontar para a construção de mundos possíveis.

Em 2011, no artigo *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*, Joana Maria Pedro refletia sobre esses efeitos sinalizando como eles enriqueceram a historiografia. De fato, se considerarmos, por exemplo, os Simpósios temáticos dos dois últimos encontros da ANPUH veremos o destaque para estudos que tematizam as relações de gênero, inclusive nas duas últimas edições tivemos simpósios sobre História LGBTQIA+.

Partimos desse breve panorama para ressaltar que a proposta inicial deste dossiê consistia em refletir os desdobramentos da categoria gênero na historiografia brasileira. Esperávamos receber artigos que refletissem conexões com o campo da teoria, metodologia e do ensino de História. Por algumas razões, não recebemos nenhuma submissão. Há duas possíveis razões para isso. A primeira é o contexto pandêmico e o excesso de trabalho que

acometeu pesquisadoras/es do mundo inteiro. A segunda seria ainda uma possível ausência de reflexões de ordem mais teórica que aproxime o gênero dos domínios da operação historiográfica, bem como os impactos entre essas duas áreas.

Nesse sentido, em conversa com os editores desta revista, optamos por repensar a proposta inicial incluindo trabalhos que analisassem as experiências de sujeitos e de saberes até pouco tempo excluídos ou marginalizados, sob a ótica das relações de gênero. Esperávamos reunir estudos sobre experiências passadas da sociedade brasileira que pudessem refletir o nosso tempo, com foco em sujeitos esquecidos e temáticas até recentemente marginalizadas.

Eis o que apresentamos neste dossiê, um conjunto de artigos que permitem um sobrevoo acerca de temáticas que têm provocado historiadoras e historiadores das relações de gênero. Aqui, mais que uma reunião de textos, temos lentes que nos permitem diagnosticar avanços e performances na escrita da História, tensionamento de fontes e elaboração de hipóteses sobre temas inquietantes e que, apesar de todo o cerceamento que tem cercado a área, teimam em existir e resistir.

O texto que abre o dossiê é *“Minha comadre. Quero que minha afilhada se chame Luciana”*: a trajetória da professora Luciana de Abreu e a luta pela emancipação feminina por meio da Educação, de Máira Ines Vendrame e Paulo Roberto Staudt Moreira. Nele, as historiadoras narram a trajetória de Luciana de Abreu, personagem que se matriculou na Escola Normal do Rio Grande do Sul, em 1869, quando já era mãe, tornando-se uma conhecida professora da sociedade gaúcha dos oitocentos. O seu lugar como docente contribuiu para questionar os lugares destinados às mulheres nos espaços masculinos, permitindo a elas acessarem no ensino experiências para além da maternidade e do espaço doméstico. Inspirada na metodologia da micro-história, o artigo reflete sobre a presença das mulheres nos espaços públicos detalhando restrições de gênero, tentativas de controle e subversão de papéis.

O trabalho doméstico, sobretudo o não remunerado, é um tema ainda pouco debatido na nossa historiografia, eis o que sustentam as historiadoras Soraia Carolina de Mello e Glacia Cristina Candian Fraccaro no artigo *Trabalho doméstico não remunerado e historiografia brasileira: inquietações sobre ausências e invisibilidades*, publicado neste dossiê. A perspectiva de gênero é acionada no texto para fazer ver outros sujeitos e experiências ainda ausentes desde a emergência da “história vista de baixo”. Para isso, as historiadoras visitam os anais de dois importantes eventos científicos da área de História e dos estudos de gênero, o Simpósio Nacional da ANPUH e o Fazendo Gênero, entre 2017 e

2021, elegendo palavras-chave como trabalho doméstico, cuidado ou *care*, bem como coletâneas sobre gênero e trabalho publicadas no Brasil. Com isso, fraturam esse silêncio e ajudam a pensar na emergência de novas temáticas de pesquisa.

O recorte da ditadura militar analisado sob o binômio gênero e censura aparece neste dossiê com o artigo *Subjetividade de gênero sob o foco da censura na obra de Adelaide Carraro (1963-1992)*, de Adriana Fraga Vieira e Janine Gomes da Silva. A escritora Adelaide Carraro, natural de Vinhedo/SP, teceu sua escrita, segundo as historiadoras, valendo-se das subjetividades de gênero que emergiram com o movimento feminista dos anos 1960 e 1970. Nas suas obras há menções à sexualidade, ao aborto, à virgindade, à prostituição. Dado o contexto de ditadura militar, a escritora foi perseguida pela censura, sentindo medo e insegurança, o que não a impediu, mesmo de forma solitária, de criar formas de resistência com a sua escrita.

Do ponto de vista de uma história mais voltada aos estudos LGBTQIA+ o presente dossiê traz o artigo *Entre os homossexuais vigora uma discriminação: a discriminação da idade”: as formas de dizer a velhice no Lampião da Esquina (1978-1981)*, de Fábio Ronaldo da Silva. Nele, temos acesso a uma discussão urgente e necessária sobre as velhices homossexuais. Para situá-la, o historiador recorre aos estudos da velhice e sobre homossexualidades diagnosticando essa lacuna temática que colabora para problematizar analisando três matérias veiculadas no periódico. Embora escrita em 1980, a carta de um leitor perguntava se os coroas seriam discriminados entre os discriminados. Registros como esses dão o tom da importância do artigo.

*Gênero e jornalismo: elas ocuparam as redações de Cuiabá – MT*, é o título do artigo de Laís Dias Souza da Costa. Nele, a historiadora traz para o debate a história de vida de cinco jornalistas que atuaram ou ainda atuam na imprensa de Cuiabá, notadamente nos jornais de circulação diária, como o Estado de Mato Grosso, Diário de Cuiabá, A Gazeta. A historiadora procura entender, no período que vai da segunda metade do século XX e início do século XXI, através das questões colocadas nas entrevistas, como o gênero altera a abordagem de uma notícia, a presença da segregação no ambiente de trabalho, os sentidos do gênero na formação da identidade profissional.

O historiador Paulo Souto Maior escreveu *Assumir? Por quê? O dispositivo de confissão das homossexualidades no Brasil nas páginas do jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. No artigo, conhecemos uma discussão de inspiração arqueogenealógica sobre possíveis cenários de emergência da confissão das homossexualidades no Brasil, o “assumir”, mais tarde chamado de sair do armário. Para realizar a discussão, o autor faz uma

leitura das fontes inspirado pelos estudos queers e mostra como um dos saberes tramados nas páginas do mensário consistia em publicizar a homossexualidade.

Por último, mas não menos importante, o texto *A emergência da primeira geração de travestis no Brasil, na década de 1960*, de Marina Duarte, traz para o debate travestis que tramaram sua existência nos anos 1960, entre as cidades de São Paulo e, especialmente, Rio de Janeiro. O texto analisa experiências e subjetividades de personagens que se desterritorializaram recorrendo também a intervenções corporais e nos permite conhecer a trajetória de três travestis da primeira geração: Alomia, Yeda e Vera de Paris. Com elas, a historiadora faz uma importante delimitação entre “estar travesti” e “ser travesti”, dialogando e de certo modo questionando a bibliografia da área.

Agradecemos as autoras e aos autores pelo envio dos textos e pela generosidade com que acolheram as sugestões das/os pareceristas, levando-nos a reafirmar a qualidade dos artigos ora apresentados. Esperamos que você, leitor/a, goste da leitura e, quem sabe, desperte o interesse pela pesquisa nas relações de gênero na área de História. Nada como o amanhã!

Abraço (com segunda dose de vacina no braço)  
Joana Maria Pedro  
Paulo Souto Maior